

Advogados divididos na avaliação

Em jeito de balanço dos quatro anos e meio de Governo socialista, os advogados aplaudem o esforço

Susana Represas

susana.represas@economico.pt

Dentro de dois meses, por esta hora, o país já sabe quem vai liderar o próximo Governo. Em época de balanços, os advogados destacam as medidas políticas que mais afectaram a sua actividade durante os últimos quatro anos.

Num balanço global, os advogados ouvidos pelo Diário Económico destacam a desburocratização como um dos aspectos positivos deste Executivo, na área da Justiça. Carlos Pinto de Abreu garante que as medidas implementadas "tornaram mais fáceis, mais ágeis e mais rápidos, uma série de actos complicados", por exemplo a possibilidade de fazer "registos online e actos notariais que podem ser feitos por advogados", sublinha o presidente do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados. A opi-

nião é partilhada por João Vieira de Almeida, que destaca o que foi feito para "simplificar o acesso" à justiça.

O simplex aplicado à justiça é uma das bandeiras da equipa que durante os últimos quatro anos esteve à frente do Ministério da Justiça e, segundo o Governo, os resultados já se fazem sentir (ver texto ao lado). Apesar de também destacar os aspectos positivos destas medidas, António Vilar considera que "a simplificação em matéria de acção executiva e no envio de peças processuais para os tribunais, não funcionou bem". O advogado do Porto reconhece que houve "melhorias na comunicação entre advogados e os tribunais", mas as novas tecnologias precisam ainda de ser aperfeiçoadas.

Entre as desvantagens a alteração das férias judiciais reünem adeptos. Carlos Pinto de Abreu e Rui Patrício criticam

esta medida. O sócio da Moraes Leitão diz mesmo que esta decisão do Governo "afectou negativamente os ritmos de organização do trabalho e provocou crispação acrescida no sector".

Para o responsável da Ordem dos Advogados, "a falácia do fim das férias judiciais" é uma desvantagem a apontar

"A falácia do fim das férias judiciais não resolveu problema nenhum, criou um clima de crispação na Justiça inútil", diz Carlos Pinto de Abreu

"porque não resolveu problema nenhum, criou um clima de crispação na Justiça inútil e impediu os advogados em prática individual de poderem gozar de alguns dias de descanso".

Entre os problemas diagnosticados está o de "excesso de legislação", uma crítica que já foi apontada pelo Presidente. Agora, no final de quatro anos e meio de legislatura e centenas de leis aprovadas, os advogados referem que "houve leis a mais e mal feitas" acrescentando que "é preciso parar e pensar, antes de legislar". Rui Patrício, que também concorda que houve muitos alterações legislativas negativas, destaca no entanto uma mudança para melhor: "No caso da reforma penal, houve um reforço das garantias dos advogados enquanto defensores". ■ Com C.M e M.G.



O advogado diz que falta fazer um diagnóstico profundo dos problemas. Mas António Vilar elogia o esforço feito para que o parque judiciário seja renovado.



João Vieira de Almeida diz que muito que ficou por fazer, mas admite que muito foi feito na desburocratização, na simplificação e no acesso à Justiça.



Apesar de criticar o excesso de leis, Rui Patrício dá nota positiva às mudanças nas leis penais que deram mais garantias aos advogados, enquanto defensores.

do Governo

de desburocratização.

PRÓS E CONTRAS DESTE GOVERNO NA JUSTIÇA



Vantagens

Desburocratização e simplificação dos processos e facilidades na comunicação entre os advogados e os tribunais.

Registos passaram a poder ser feitos online.

Actos notariais que podem ser feitos por advogados.

Esforço para que o parque judiciário seja renovado.

Alguns aspectos da reforma penal permitiram reforçar as garantias dos advogados enquanto defensores.



Desvantagens

Alteração das regras para as férias judiciais que foram reduzidas a apenas um mês.

Fica por clarificar a natureza das funções de alguns agentes judiciais.

Excesso de alterações legislativas e produção de novas leis que têm sido apontados como um dos calcanhares de Aquiles deste Governo.

Sistema informático para envio de peças processuais para os tribunais ainda funciona com algumas dificuldades.